

EXPROPRIAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Progresso de investigação em curso

GT 18 – Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

Autor: Antonio Teixeira Lima Junior

RESUMO

Nos últimos anos, a América Latina (AL) tem despontado como um continente economicamente dinâmico, ancorado, sobretudo, nos novos fluxos comerciais e financeiros que conectaram a China e seus parceiros comerciais ao eixo de acumulação capitalista protagonizado pelos Estados Unidos. Por outro lado, esta configuração tende a fortalecer a inserção subordinada da AL na economia mundial, transformada em fornecedora de produtos primários. A superexploração da força de trabalho, condição específica de realização do capitalismo em países dependentes, ganha novos contornos a partir da ampliação escalar do modo de produção capitalista, da reestruturação produtiva e das mudanças recentes na divisão internacional do trabalho, reproduzindo novas formas de expropriação da classe que vive do trabalho.

Palavras-chave: América Latina; Divisão Internacional do Trabalho; Conflitos.

INTRODUÇÃO – AMÉRICA LATINA: UM CONTINENTE EM CONFLITO

O maior trem do mundo

O maior trem do mundo
leva minha terra para a Alemanha
leva minha terra para o Canadá
leva minha terra para o Japão.
O maior trem do mundo
puxado por cinco locomotivas a diesel,
engatadas, geminadas, desembestadas
leva o meu tempo, minha infância,
minha vida triturada em 163 vagões
de minério e destruição
O maior trem do mundo
transporta a coisa mínima do mundo,
meu coração itabirano.
Lá se vai o maior trem do mundo,
vai serpenteando, vai sumindo.
E um dia, eu sei que não voltará
pois nem terra nem coração existem mais.

Carlos Drummond de Andrade

A poesia de Carlos Drummond de Andrade é o relato de um hiato entre o homem e o seu lugar. A explicitação de uma temporalidade em conflito, em que passado e presente apresentam-se inconciliáveis. Pode servir também como retrato de um tempo, de uma sociedade que transita do mundo rural para a urbanização que gira em torno da indústria. Mas “o maior trem do mundo” parece ser bem maior do que uma fotografia do passado. Como uma anunciação do futuro, Drummond registra a geografia do trabalho internacionalizado e o modo como um sujeito territorializado nas memórias de infância se relaciona com a perda das referências do mundo vivido. Narrativa introspectiva de um sujeito desterritorializado, expropriado. Poderia ser um quilombola, um índio. Um camponês latino-americano dependurado em seu arado. Um trabalhador de chão de fábrica das fábricas mexicanas, argentinas, brasileiras. Um trabalhador semi-proletariado dos campos latino-americanos. Uma narrativa latino-americana.

A América Latina (AL), porém, é uma região composta por um bloco de países bastante heterogêneo. Nos últimos anos, porém, processos econômicos, sociais e políticos vêm incidindo de forma semelhante na região. O Produto Interno Bruto (PIB) da AL vem crescendo a taxas positivas e constantes na última década. Os indicadores de emprego, a taxa de formalização, de inclusão previdenciária e o rendimento médio foram também ascendentes (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2013). As taxas de pobreza também declinaram de forma significativa, ancorada, sobretudo, em políticas e programas sociais direcionados aos setores mais vulnerabilizados (Comissão Econômica para América Latina e Caribe [CEPAL], 2013).

De outro lado, a AL vem passando também por uma série de conflitos sociais. Nos últimos anos, os conflitos entre povos indígenas e os governos e empresas com investimentos na região vêm ganhando destaque. No Brasil, os conflitos tiveram como foco a construção da Usina de Belo Monte que deverá atingir ao menos 10 povos indígenas territorializados na região; na Argentina, a intensificação do extrativismo minerador e a expansão agropecuária vêm pressionando os povos originários; na Bolívia, Federações e organizações indígenas romperam com o governo Evo Morales, denunciando a violação de direitos; na região andina, a Anistia Internacional vem denunciando o desrespeito aos direitos indígenas, resultado da expansão da mineração e da exploração de petróleo, sobretudo na Colômbia e no Equador; no Paraguai, conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e fazendeiros “brasiguaios”, que monopolizam parte considerável do território paraguaio para o plantio de soja; ao sul do Chile, índios mapuches denunciam violações de territórios indígenas na Guiana e no Suriname. Este pequeno apanhado de conflitos nos permitem afirmar que os governos latino-americanos, em geral, fracassaram em relação às políticas de proteção dos territórios indígenas (Gudynas, 2013).

As demandas dos povos atingidos são diversas e indicam a amplitude dos conflitos: questionamento acerca do valor percentual que as empresas transferem às comunidades e destinação dos royalties; denúncias a respeito da usurpação das terras e territórios tradicionalmente ocupados; reivindicação de melhores condições de trabalho; preocupação com o desmatamento de florestas e vegetação existente na área dos projetos; denúncia dos riscos a saúde da população; denúncias contra a contaminação do ar e d'água (Scotto, 2013).

Sem embargo dos elementos e problemas novos que surgem a todo momento, não é possível compreender a dinâmica que move o mundo sem considerar as formas espaço-temporais que revestem o caráter contínuo e permanente das contradições que vivemos. Também não é possível compreender os fenômenos e suas determinações sem estabelecer como distintos fatos e acontecimentos, aparentemente autônomos e separados no tempo e no espaço, estão, ao fim e ao cabo, relacionados entre si. Como pondera Virgínia Fontes (2009), estudos sobre processos sociais requerem, em termos de análise, um movimento duplo que caminha em direções opostas: de um lado precisamos explicitar o fio de conjunto dos processos, sem cair no equívoco de reproduzir sujeitos ocultos a presidirem os

conflitos e lutas sociais; de outro, é necessário trazer os sujeitos singulares e o conjunto das atividades que eles realizam para existir, objetiva e subjetivamente, pois a produção material da vida social nos remete a relações sociais concretas e estas relações marcam os sujeitos em suas consciências singulares e em seus modos de vida.

O desafio, portanto, já não é realizar levantamentos exaustivos de grandes temas e/ou grandes conflitos, mas de investigar em que medida posso relacionar os conflitos que ocorrem em diferentes partes de uma região heterogênea numa conjuntura em que os indicadores sociais e econômicos parecem apontar para melhoria significativa das condições de vida. Em suma, quais são as condições de existência das formações sociais que vivemos e analisamos? Quais são as bases de sustentação dos processos sociais que se desenvolvem aqui e agora? Com estas perguntas pretendemos lançar um primeiro olhar sobre a AL, tentando ilustrar as contradições inerentes às vias escolhidas por distintos governos no cenário atual.

1 – A REPRODUÇÃO HISTÓRICA DA PRECARIÉDADE COMO CARACTERÍSTICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

A economia latino-americana tinha seus elementos determinantes vinculados à consolidação do sistema de divisão internacional do trabalho que engendrou, sobretudo entre as guerras napoleônicas e a primeira guerra mundial, o processo paulatino de especialização geográfica do processo produtivo pelo mundo, resultado da dinamização do quadro demográfico e da aceleração do processo de urbanização dos países de capitalismo avançado.

Segundo Celso Furtado (2007), a economia latino-americana era basicamente dependente de poucos produtos de exportação, dividindo-se em 3 tipos: 1) economias exportadoras de produtos agrícolas de clima temperado (Argentina e Uruguai); 2) economias exportadoras de produtos agrícolas tropicais (Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, América Central e Caribe); economias exportadoras de produtos minerais (Bolívia, Chile, Perú e, mais tarde, a Venezuela).

Após a crise de 29, porém, estas economias perderam dinamismo em função da queda dos preços dos produtos primários e da queda do volume físico das exportações, ambos em torno de 30% (Furtado, 2007). A ligação das economias latino-americanas aos fluxos de comércio exterior permitiu que a crise se internalizasse na região, com consequências diversas, resultado dos diferentes graus de integração ao sistema de divisão internacional do trabalho.

Neste processo, vale destacar o relevante papel exercido pelas estruturas sociais construídas ao longo do período colonial em toda a região. Como a lógica de funcionamento do sistema de repartição de terras estava ancorada na capacidade de explorá-la de forma a produzir excedentes, o latifúndio acabou por se constituir em estrutural social fundante de toda organização social, emoldurada pelos binômios latifúndio-comunidade indígena e latifúndio-minifúndio.

O latifúndio acabou por monopolizar as melhores terras, ou seja, aquelas beneficiadas por economias externas proporcionadas pelos investimentos públicos em infra-estrutura. Quase toda a AL, à medida que se aprofunda a inserção da agricultura no comércio mundial de mercadorias, passa por ciclos de concentração da propriedade privada da terra. A concentração da terra funcionará nestes países como pré-condição para o disciplinamento de uma heterogênea força de trabalho que terá de combinar, para a sua própria sobrevivência, a agricultura de subsistência e a agricultura comercial. Em geral, os trabalhadores tiveram de pagar pelo aluguel da terra utilizada para a produção de subsistência entregando parte de sua produção ou reduzindo o seu salário (Furtado, 2007).

Isto significa dizer que o capitalismo se desenvolveu na AL de forma heterogênea, a partir das estruturas de produção existentes em cada país. O desenvolvimento da produção latino-americana esteve ancorada em duas premissas básicas: abundância de recursos naturais e superexploração da força de trabalho (Marini, 1973). Este sistema permitia retirar elevados excedentes econômicos de uma

atividade marcada pela baixa produtividade, além de socializar os riscos da atividade produtiva para a massa de trabalhadores. Os trabalhadores minifundistas, por sua vez, constituíram, em geral, uma massa a procura de trabalho, disponível à agricultura comercial, que a utiliza da forma como melhor lhe convém (Furtado, 2007). A especificidade das formações latino-americanas, porém, não pode ser explicada apenas à luz de sua herança colonial, como se as formas primitivas de acumulação e organização social funcionassem como embrião de uma sociedade futura.

O desenvolvimento do capitalismo industrial e a sua expansão em escala planetária atingiram, em variados graus, os países latino-americanos. A sua expansão consolidou uma classe operária, sobretudo nos setores têxtil, metalúrgico e alimentício, fomentando inúmeras lutas sociais em toda a AL. Porém, a relação de subalternidade e dependência das economias aos países mais ao centro outorgou ao taylorismo/fordismo aqui implantado um caráter periférico e tardio (Antunes, 2011).

Durante o período de industrialização da América Latina a agricultura exerceu um papel subordinado. Ao setor agrícola cabia basicamente a produção de alimentos a preços em consonância com as possibilidades de remuneração do trabalho pela indústria. Cabia também fornecer matérias-primas a preços baixos. Assim, generalizou-se para o conjunto dos países dependentes uma economia de baixos salários (Silva; Gomes; Castaneda, 2010). Assim, como pondera Marini

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil (Marini, 2012, p. 67).

A industrialização da América Latina esteve ancorada, pois, na permanente expansão do exército industrial de reserva, constituído de um elevado número de migrantes rurais dedicado a atividades de subsistência urbana. Em toda a região o assalariamento atingiu, portanto, parcela muito restrita de trabalhadores, com salários baixos sustentados por um acúmulo de questões não resolvidas (urbana, regional, agrária e social). Assim, elementos centrais do modo de regulação fordista, tais como participação sindical, elevação da produtividade do trabalho, seguridade social, ampliação de direitos sociais básicos e política de elevação de salários como forma de estímulo à demanda interna alcançaram parcela muito reduzida da classe trabalhadora (Weller, 2012).

A crise da dívida dos anos 80 provocou uma forte desestruturação das relações de trabalho em toda a região, atingindo de forma generalizada o conjunto da classe trabalhadora. A piora nos termos de troca e o estrangulamento do financiamento externo, principal fonte de financiamento das economias latino-americanas, conduziram os Estados nacionais a transferir recursos para pagamentos da dívida externa.

Com a crise, surgiram programas de ajuda aos países com elevado desequilíbrio das contas públicas, cuja concessão estava condicionada a adoção de medidas que impactariam diretamente as condições de trabalho. Em síntese, os principais itens da cesta de medidas proposta por organismos multilaterais foram: política de ajuste fiscal, com corte dos gastos sociais, subsídios e investimentos públicos; política salarial ancorada na depreciação dos salários; política monetária rígida, com redução do crédito interno e elevação das taxas de juros; desvalorização do câmbio, impulsionando as

exportações; flexibilização das relações de trabalho, com ampliação da regulação mercantil e depreciação dos mecanismos públicos de regulação.

Os resultados do ajuste foram desastrosos: redução generalizada dos salários, aumento do número de pessoas pobres, ampliação assustadora das taxas de desemprego aberto, proliferação de formas atípicas de contratação, informalização, terceirização de atividades produtivas e reprodução em escala ainda mais ampliada do exército de trabalhadores em atividades de subsistência urbana. Houve ainda um aumento significativo da fragmentação da classe trabalhadora, fraturada tanto em relação às diferentes formas de inserção no mundo do trabalho quanto às disparidades remuneratórias, com variações regionais relevantes internamente a cada país.

Este cenário colocou em risco as condições objetivas de existência de massas de trabalhadores submetidas a um processo de pauperização. Em contraposição, comunidades, movimentos sociais, partidos e sindicatos organizaram-se em torno de processos diversos e contraditórios de resistência que culminaram, sobretudo na América do Sul, com a eclosão de governos de esquerda e centro-esquerda. Em geral, estes governos combinaram fortalecimento do Estado, elevação dos gastos sociais, valorização dos salários mínimos e impulso ao crescimento econômico com forte apoio na demanda interna. Os princípios e as políticas neoliberais, porém, foram apenas parcialmente abandonadas nos últimos anos.

No cenário contraditório de internacionalização das economias locais e de redefinição da divisão internacional do trabalho que a posição relativa da AL no sistema-mundo contemporâneo adquire sentido. Compreender a periferização da AL e os dilemas da classe que vive do trabalho na região requer uma análise mais cuidadosa dos elementos que compõem o eixo hegemônico no mundo.

2 – A AMÉRICA LATINA NA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Após a queda do Muro de Berlim e a dissolução das repúblicas soviéticas, a China passou a ser um concorrente. Essa entrada como um concorrente no plano global significou ao mesmo tempo, a abertura de um gigantesco mercado de consumo que garantiu a sustentação de um novo ciclo mundial de expansão econômica no século XXI, abrindo novos fluxos comerciais, produtivos e financeiros. Pode-se dizer, pois, que o ciclo econômico dos anos 2000 é produto de um processo que se iniciou nos anos 70, quando Richard Nixon, buscando isolar os russos, articula o apoio americano ao governo chinês (Pinto, 2011).

De acordo com Fiori (2011), no processo de constituição do sistema interestatal capitalista houve quatro momentos em que ocorreu uma expansão centrífuga. Em todos eles houve, primeiro, uma pressão competitiva e depois uma explosão que provocou o alargamento das fronteiras internas e externas. A pressão competitiva foi quase sempre provocada pelo expansionismo das grandes potências, com eclosão e intensificação de numerosos conflitos. A explosão expansiva partiu das unidades mais competitivas, alargando suas fronteiras. O período que se iniciou em 1970, com a estratégia de expansão mundial dos Estados Unidos, a expansão econômica chinesa, a globalização interestatal capitalista e a proliferação de países independentes, integra o ciclo mais recente de explosão expansiva.

Na década de 70, os sucessivos reveses norte-americanos em sua política externa, os problemas relacionados ao padrão ouro adotado no tratado de Bretton Woods e os déficits crescentes da balança de pagamentos derrubaram a regulamentação dos sistemas financeiros nacionais. A desvalorização do dólar provocou efeitos generalizados sobre o mercado financeiro dado que o sistema monetário internacional passou a ter como lastro o poder estadunidense e os títulos da dívida pública. Houve a partir de então uma concentração gigantesca de poder monetário e financeiro nos Estados Unidos, que passou a manejar livremente o seu endividamento pelo controle unilateral do valor de sua moeda. A

nova ordem mundial passou, assim, de um sistema de governança global hegemônico pelos Estados Unidos a uma estrutura imperialista (Fiori, 2011).

Algumas medidas foram articuladas, portanto, para garantir o poder estadunidense na ordem econômica e política, a saber: restauração liberal conservadora ancorada no monetarismo e na competitividade individual; ataque aos direitos sociais relacionados ao mundo do trabalho e enfraquecimento dos sindicatos; intervenções armadas na América Latina e enquadramento dos aliados por meio do dólar forte; controle do sistema monetário-financeiro internacional por meio da estabilização do padrão dólar-flexível; aproximação da China comunista após a derrota no Vietnã como forma de isolar os soviéticos (Pinto, 2011).

Esta aproximação deu origem a variados acordos nos campos político, econômico e científico e foi essencial para construir os alicerces do milagre econômico chinês, que, a partir daí, teria acesso ao financiamento internacional estadunidense, além de adentrar no mercado de bens e capitais americanos. Ao mesmo tempo, garantiu a expansão supranacional do capital financeiro norte-americano bem como o poder do dólar e dos títulos da dívida pública (Pinto, 2011; Fiori, 2008).

Os sistemas financeiros passaram a funcionar, pois, através da valorização e desvalorização de ações, títulos da dívida privada e pública, *commodities*, moedas e derivativos, articulando instituições crédito-financeiras, agentes, corporações e grupos de investimento que remuneram seus investidores em movimentos de caráter eminentemente especulativo, dado que a riqueza que remunera os aplicadores é previamente inexistente (Pinto, 2011). A partir daí expandiu-se um modelo de acumulação ancorado na acumulação de capital protagonizado pelo setor financeiro.

O conjunto da economia global é, em grande parte, resultado da internacionalização das finanças norte-americanas desreguladas e da máquina de crescimento chinesa. A demanda chinesa provocou impactos generalizados sobre a quantidade de produtos exportados, ao mesmo tempo em que contribuiu para o incremento dos preços internacionais das principais *commodities* exportadas por todos os países da América Latina. Em 2008, o Brasil era responsável por 40% das exportações latino-americanas para a China (Barbosa, 2011). Apenas três produtos respondiam por 72% do total exportado: minério de ferro, soja e petróleo.

O peso das exportações das *commodities* cresceu substancialmente nos últimos anos. No conjunto das exportações da AL, 32,2% são produtos agrícolas, 59,1% são produtos minerais e apenas 8,7% são produtos manufaturados. A corrente de comércio (que inclui importações e exportações) entre China e AL aumentou 64 vezes entre 1990 e 2008. Porém, 92% do crescimento do fluxo de comércio estabelecido estão concentrados no período 2000-2008 (Barbosa, 2011).

De outro lado, a entrada do capital chinês no Brasil acelerou-se sob a forma de investimentos, concentrados nos setores capazes de atender as demandas de produtos primários que dão suporte às elevadas taxas de crescimento daquele país. Embora a China tenha uma baixa participação no total dos investimentos estrangeiros diretos (menos de 1%), as áreas de mineração e siderurgia e o agronegócio começam a despontar como áreas de relevante interesse das estatais chinesas.

Tabela 1 - Relação dos principais produtos nas exportações para a China desde alguns países latino-americanos, 2008.

| | Principais produtos (%) | Primeiro | Segundo | Terceiro |
|-----------|-------------------------|------------------|----------|----------|
| Argentina | 84,7 | Soja | Petróleo | |
| Brasil | 72 | Minério de Ferro | Soja | Petróleo |
| Chile | 76,2 | Cobre | Celulose | |
| Colômbia | 84,8 | Ferro-níquel | Cobre | Petróleo |

| | | | | | |
|---------|------|----------|---------------------|------------------|--|
| Equador | 94,5 | Petróleo | Cobre | | |
| México | 79,6 | Cobre | Minerais | | |
| Perú | 69,4 | Cobre | Farinha de peixe | Minério de Ferro | |
| Uruguai | 62,7 | Lã | Peixes e crustáceos | Couro | |

Fonte: Redlat.

A entrada da China como grande potencia econômica da AL vem provocando uma intensa competição capitalista imperialista, alterando a ordem econômica do início do século. O Brasil vem perdendo posição como principal parceiro econômico em termos de importação no continente, sendo superado pela China. A participação chinesa nas importações e exportações de toda a América do Sul cresceu a taxas impressionantes em apenas dez anos. Além disso, cresceu bastante a participação chinesa nos investimentos estrangeiros diretos. Segundo aponta Fiori (2011), os chineses participam de investimentos na produção de carros no Uruguai, em obras de infraestrutura no Peru e na Venezuela, no setor pesqueiro no Chile, na construção de um oleoduto na Colômbia. No Brasil há grande investimento no setor automotivo, siderurgia e em *commodities* agrícolas, sobretudo soja.

A crise de 2008 refreou a tentativa de acelerar os projetos de integração da América do Sul em função das limitações fiscais e da corrosão do balanço de pagamentos que a queda da demanda mundial provocou. Ao mesmo tempo, explicitou os problemas históricos que os países enfrentaram, quais seja: 1) as economias sul-americanas são basicamente exportadoras e pouco integradas entre si; 2) há enormes assimetrias regionais do ponto de vista social e econômico; 3) as assimetrias regionais espelham as próprias assimetrias internas a cada país; 4) há ausência de infra-estrutura continental; 5) e, por fim, ausência de objetivos regionais.

A recomposição do sistema pós-crise de 2008 reforçou a importância do eixo sino-americano de acumulação, que articulou globalização financeira americana e o milagre econômico chinês. Reforçou ainda os impactos que esta relação acarreta sobre a divisão internacional do trabalho, alterando as posições relativas dos países na hierarquia do sistema mundial.

3 – DAS MUDANÇAS NA CONJUNTURA À PERMANÊNCIA DAS ESTRUTURAS

Segundo a OIT (2012), os indicadores das relações de trabalho na AL e Caribe seguem apresentando melhoras consideráveis. As taxas de desemprego seguem caindo, os salários reais aumentam, a formalização se expande e, ao mesmo tempo, se expande também a seguridade social. Contudo, a despeito da melhora substancial dos indicadores, as relações de trabalho na AL permanecem tendo por característica precípua a precariedade.

Segundo a OIT (2012), 15 milhões de pessoas estão desempregadas na região. Das pessoas que trabalham, quase 50% estão na informalidade; aproximadamente 20 milhões de jovens nem estudam nem trabalham em toda a AL e Caribe; 167 milhões de pessoas estão em condições de pobreza; 90 milhões de trabalhadores e trabalhadoras não tem acesso aos sistemas de seguridade social. Os índices são 1,4 vezes maiores entre as mulheres. Os jovens têm, por sua vez, o triplo da taxa de desemprego apresentada entre os adultos. Isso explica em parte porque, apesar das melhoras generalizadas nos indicadores, a AL continua sendo a região mais desigual do mundo. Segundo a OIT, em ao menos 13 países da AL houve queda de participação das remunerações do trabalho no PIB.

Os dados sobre trabalho forçado são também robustos. Segundo relatório divulgado pela OIT (2012), 20,9 milhões de pessoas são submetidas a trabalho forçado em todo o mundo, vítimas de coação ou fraude. Do total de trabalhadores explorados, 90% estão no setor privado. Do universo que labora no setor privado (18,7 milhões), 68% laboram em atividades econômicas como agricultura,

construção civil, trabalho doméstico e industrial; 22% dos trabalhadores forçados que laboram no setor privado é composta por mulheres submetidas a exploração sexual forçada. AL e Caribe formam juntas a terceira região em participação no trabalho forçado, com 1,8 milhões de trabalhadores nesta condição, atrás apenas da Ásia e Pacífico (56% do total) e da África (18%). Destaque-se que a maior parte do trabalho forçado é exercida contra os trabalhadores em seu próprio país de origem.

Um dos instrumentos centrais que sustentou a precarização das relações de trabalho nos anos 90 foi a terceirização. Ao menos 10 países da AL e Caribe possuem algum tipo de regulação legal sobre a terceirização (Falvo, 2010). A terceirização constitui uma forma de contratação indireta da força de trabalho, por meio de uma empresa intermediadora. Esta opção visa reduzir os custos trabalhistas e socializar os riscos da atividade econômica com a empresa prestadora de serviços. Em geral, as empresas terceiras são sociedades de fachada, com composição societária volátil e ausência de patrimônio e descapitalização (Falvo, 2010).

Em geral, o trabalho terceirizado é realizado em condições instáveis; totalmente desprotegido quanto à saúde, higiene e segurança do trabalho; a remuneração é variável e, em geral, menor se comparado aos trabalhadores contratados diretamente pela tomadora de serviços; a jornada de trabalho é extensa e variável; por fim, há enorme dificuldade de sindicalização destes trabalhadores (Falvo, 2010).

Com a generalização da terceirização como principal forma de organização da produção e recrutamento de força de trabalho, grande parte dos postos de trabalho criados na última década possui baixa remuneração e elevada rotatividade. Vale destacar ainda que subsiste na AL um contingente considerável de trabalhadores em relações tradicionalmente precárias de trabalho. Segundo dados da CEPAL (2012) para o ano de 2011, 7,1% da população ocupada se dedicava a trabalho doméstico; 21,7% são não assalariados em profissões autônomas ou informais; apenas 61% da população ocupada tem acesso aos sistema de proteção à saúde; por fim, 60,2% da população ocupada está protegida pelo sistema previdenciário.

Os indicadores de pobreza rural vêm diminuindo, mas se mantém em patamares muito elevados na AL. De acordo com a CEPAL, em 2008, 34 milhões de pessoas estavam em condição de indigência no meio rural da região, embora em cada país varie bastante os percentuais de pobreza rural em relação à população rural total. Grande parte das reduções de pobreza rural foram resultado da expansão de políticas e programas sociais e incremento do gasto público.

Os modelos de desenvolvimento econômico adotados na região latino-americana nos últimos anos não foram capazes, portanto, de afetar os elevados índices de pobreza rural, evidenciando, ao menos, a existência de uma profunda clivagem entre os setores agropecuários mais dinâmicos e os campesinatos empobrecidos.

Os sistemas de produção agropecuário dos países são, ao menos desde os anos 90, especializados nos produtos que garantem vantagens e inserção no mercado internacional, gerando excedentes suficientes ao custeio das importações de produtos com preços inferiores. Estas são as bases do modelo agroexportador latino-americano. Em todo o continente, as taxas de crescimento do setor agropecuário estão concentradas em alguns produtos, regiões e produtores vinculados à demanda externa (Silva; Gomes; Castaneda, 2010). Com isso, o crescimento da produção agrícola ao longo dos últimos anos deu-se sob as bases político-econômicas construídas até os anos 90, não causando qualquer efeito.

As condições do trabalho assalariado no campo também constituem uma barreira à saída da pobreza rural. O emprego assalariado no campo possui padrões muito baixos de remuneração, com predominância de assalariamento temporal em detrimento dos permanentes. Há também um grande contingente de trabalhadores sem remuneração ou vivendo em níveis de subsistência no setor agrícola (Silva; Gomes; Castaneda, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a AL tem despontado como um continente economicamente dinâmico e politicamente diverso em suas experiências políticas concretas. De um modo geral, estes países experimentaram melhora marginal de um conjunto de indicadores sociais, ancorado, sobretudo, em um cenário econômico externo favorável. O aumento da capacidade de consumo da população latino-americana nos últimos anos tem ampliado, por sua vez, a importância econômica destes países para a economia global, com reflexos na inserção destes numa conjuntura de recessão e crise do bloco europeu.

A expansão dos conflitos guarda relação com a emergência intensificada do setor privado enquanto organização autônoma no processo de exploração dos recursos naturais, na construção de obras de infraestrutura e na alavancagem de suas relações com os governos nacionais e locais. Além disso, organizações internacionais supragovernamentais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vêm influenciando tanto as políticas nacionais quanto o modelo de regionalização atualmente em curso na América Latina.

Em suma, estas intervenções são respostas à fragmentação do espaço geográfico no bojo da competição intercapitalista engendrada pela dispersão de investimentos produtivos. O encurtamento das barreiras espaciais, obra do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, permitiu aos capitais a exploração plena das “virtudes do espaço”, como oferta de trabalho a baixos custos, recursos naturais e sociais, infraestrutura e incentivos fiscais (Harvey, 2010).

Do ponto de vista da acumulação de capital, o incremento da velocidade de circulação das mercadorias encurta as distâncias, cria espaços novos, aumenta a produção de excedente e intensifica o processo de acumulação. O processo de apropriação do território, porém, é expressão de disputas políticas e econômicas, motivo pelo qual reflete, reproduz e é, ao mesmo tempo, resultado dos conflitos sociais vividos por sujeitos reais territorializados. Compreender os conflitos territoriais é, pois, outra forma de compreender os conflitos entre capital e trabalho que vivemos nos dias de hoje.

A expansão da lógica do capital e da mercantilização contém, em si mesma, uma tendência à reprodução de uma forma específica de divisão do trabalho: a divisão espacial, cerne da consolidação de um sistema de divisão internacional do trabalho. Em razão da inserção subordinada dos países periféricos no capitalismo mundial, grande parte da mais-valia produzida na periferia é acumulada em países do centro. Assim, o capitalismo periférico necessita, para adquirir dinâmica própria, da ampliação da taxa de exploração da força de trabalho. A condição de periferia está atrelada, portanto, à deterioração das condições de vida da classe trabalhadora.

A superexploração da força de trabalho, condição específica de realização do capitalismo em países dependentes, ganha novos contornos a partir da ampliação escalar do modo de produção capitalista e da reestruturação produtiva. Além da reprodução e intensificação de formas precárias de vida, o capitalismo tem, nas condições atuais, reproduzido novas formas de expropriação da classe trabalhadora. Não à toa, as mudanças recentes na divisão internacional do trabalho, com aprofundamento da exploração de recursos naturais na AL, tem provocado o surgimento e fortalecimento de grupos e organizações de matiz ambientalista, movimentos indígenas e sem-terra.

A expansão das relações capitalistas de produção em escala planetária depende, contudo, da conversão da ciência e da tecnologia em força ativa do processo de produção. Todo desenvolvimento científico e tecnológico passa a ser distribuído territorialmente de forma desigual e combinada, expressando, em síntese, a disseminação de múltiplas formas de precariedade, desenvolvendo modalidades também diversas de expropriação e exploração da força de trabalho. Assim,

Toda a questão passa a ser, portanto, quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares.

Como se vê, é toda a questão política que está implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território (Porto-Gonçalves, 2010, p. 291).

Pode-se afirmar, ante o exposto, que estamos diante de uma nova geografia mundial das relações de trabalho, marcadas pela intensificação das condições de subalternidade de povos, nações e classes sociais em relação a outros povos, nações e classes sociais que possuem, em razão das lógicas locacionais que presidem o processo de ocupação do espaço e o desenvolvimento das atividades produtivas, melhores condições de acesso a bens e serviços resultantes do trabalho, da ciência e da tecnologia (Lima Filho, 2012).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho *in* LEÃO, Rodrigo P. F. *et al.* (orgs.) A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

Comissão Econômica para América Latina e Caribe [CEPAL]. Panorama Social da América Latina 2012. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/48455/PanoramaSocial2012.pdf>. Acesso 20 jul. 2013.

FALVO, Josiane Fachini. Balanço da regulamentação da terceirização no trabalho em países selecionados da América Latina. Revista ABET, vol. IX, n.1/2010.

FIORI, José Luis. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. Brasília, DF: Cepal, escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para discussão CEPAL-IPEA, 42).

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. A Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GUDYNAS, Eduardo. Extrativismo e violação de direitos dos povos indígenas na América do Sul. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8566. Acesso 10. Jul. 2103.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Precarização do trabalho e metabolismo do capital sob a intensificação da produção científica e tecnológica. Disponível em www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/36121.doc. Acesso: 08 out. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso 10 mai. 2013.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012.

Organização Internacional do Trabalho [OIT]. Panorama Laboral 2012. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/panoramalaboral2012_969.pdf. Acesso 15 jul. 2013.

PINTO, Eduardo Costa. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras in LEÃO, Rodrigo P. F. *et al.* (orgs.) A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

REDE LATINO-AMERICANA DE PESQUISAS EM EMPRESAS MULTINACIONAIS (RedLat). As relações econômicas e geopolíticas entre China e América Latina: aliança estratégica ou interdependência assimétrica? Disponível em: http://www.observatoriosocial.org.br/portal/sites/default/files/biblioteca/chinaxal_por.pdf. Acesso 05 jul. 2012.

SCOTTO, Gabriela. Estados Nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina. Disponível em www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/.../ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf 03Acesso . 2013 .jul

SILVA, José Graziano da; GOMES, Sérgio E.; CASTANEDA, Rodrigo. Boom agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas reflexões. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 13, n. 16, pp. 07-21, jan./jun, 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/6_graziano.pdf. Acesso 15 jul. 2013.

WEELER, Jorgen. Panorama das condições de trabalho na América Latina in Trabalho hoje: fronteiras e horizontes. Revista Nueva sociedad, pp. 27-43, jun. 2012. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/nuso/nuso-ep-2012.pdf>. Acesso 17 jun. 2013.